

A (Des)utilidade das Demonstrações Contábeis: Percepção dos Micros e Pequenos Empresários

ANGÉLICA MARQUES CARDOSO

Centro Universitário Mário Palmério - UNIFUCAMP

ALESSANDRA VIEIRA CUNHA MARQUES

PPGCC Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Resumo:

Esse estudo busca a percepção dos micros e pequenos empresários sobre a (des)utilidade das Demonstrações Contábeis. A presente pesquisa preenche uma lacuna ao demonstrar aos órgãos reguladores de contabilidade a opinião dos empresários o conhecimento do CPC-PME bem como utilidade e conhecimento das demonstrações contábeis. Para a coleta de dados utiliza-se um questionário estruturado. Os empresários de uma cidade do interior de Minas Gerais objeto do estudo foram abordados diretamente e convidados a responderem o questionário, resultando em uma amostra final de 84 respostas. Os resultados demonstram que a maioria dos gestores das PMEs não tem conhecimento do CPC-PME, não utilizam e não sabem interpretar as demonstrações contábeis exigidas no referido pronunciamento. Para esses pequenos empresários a contabilidade é usada apenas para cumprir obrigações fiscais e portanto a maior parte deles não estão dispostos a pagar os custos para obter informações contábeis de qualidade. Quando indagados sobre os principais usuários externos das demonstrações contábeis das PMEs: governo no processos licitatórios e os bancos na obtenção de empréstimos, os gestores desses pequenos negócios argumentam que não participam de licitação ou participam mas não há exigência de demonstrações contábeis. Segundo esses gestores, os banqueiros também não tem interesse nas demonstrações contábeis das PMEs pois eles conseguem tomar empréstimos bancários sem a apresentação de demonstrativos contábeis.

Palavras chaves: Demonstrações contábeis; IFRS; Micro e pequenas empresas; CPC-PME.

INTRODUÇÃO

As pequenas e médias empresas (PMEs) são consideradas a espinha dorsal de muitas economias tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, elas representam uma grande parte do número de empresas, da criação de oportunidades de emprego, inovação tecnológica, produção econômica e receitas de vendas e exportações (OECD, 2002; Le & Quang, 2005; Chen, 2006; Albu et al., 2013; Bohušová & Blašková, 2013). Logo, o sucesso das PMEs é importante em um país como o Brasil, pois elas representam 92,48% das organizações em funcionamento (SEBRAE, 2020). Essa importância é ratificada em cenários de crises (como a causada pelo Corona Vírus), em que as PME criaram 443.000 empregos no terceiro trimestre de 2020, quantidade essa superior as das empresas maiores que geraram 245.000 novas vagas (EXAME, 2020).

Embora as PMEs desempenhem um papel crítico nas economias, a sua prática contábilística é um assunto polêmico. Apesar dos relatórios financeiros de uma PME estarem entre os fatores importantes que podem contribuir para o sucesso da PME, ela é obrigada a preparar as suas demonstrações contábeis de acordo com um complicado compêndio de regulamentos e normas de relatórios financeiros que não é criado para elas, mas para empresas grandes e listadas (Dang-Duc, 2011). No intuito de solucionar esse problema, o Comitê de Pronunciamento de Contábeis (CPC) aprovou o CPC-PME que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2010, mas sua utilização ainda não é obrigatória (Han et al., 2019). IFRS para PMEs reduz as opções de tratamento contábil e simplifica a apresentação e os requisitos de divulgação.

O CPC-PME faz parte do trabalho de globalização das normas contábeis emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Committee*) (Segura et al., 2014). Cujas finalidade é a harmonização das normas contábeis de vários países (Borgaza et al., 2014), facilitando as tomadas de decisões a nível global. Pois, o objetivo das demonstrações financeiras é fornecer informações úteis aos principais grupos de usuários das dessas demonstrações, independentemente do tamanho da entidade (Van & Rossouw, 2009). Os principais usuários das demonstrações financeiras das PMEs são os proprietários, o fisco do Brasil e os banqueiros.

Uma norma contábil específica para PMEs justifica-se, pois as necessidades das PMEs podem ser diferentes daquelas de entidades maiores e publicamente responsáveis em termos dos usuários das demonstrações financeiras da entidade (Van & Rossouw, 2009). A forma como as demonstrações financeiras são utilizadas pelos usuários; a extensão em que a expertise contábil está disponível para a entidade e a capacidade da PME em questão de arcar com os custos envolvidos na adoção das normas são diferentes de entidades maiores (Hussain, Chand & Randi, 2012).

Espera-se que a adoção das IFRS para PMES por PMES em economias emergentes resultem em inúmeros benefícios, tais como valorização da profissão contábil, relatórios financeiros mais transparentes e acesso mais fácil a recursos financeiros (Hussain, Chand & Randi, 2012). A melhoria da qualidade e transparência dos relatórios financeiros dessas entidades em países em desenvolvimento pode reforçar sua relevância econômica, uma vez que essas nações poderão se beneficiar do aumento do fluxo de capital privado estrangeiro, pois há um crescente número de investidores estrangeiros demandando demonstrações financeiras de alta qualidade, especialmente aquelas baseadas IFRS (Sellami & Gafsi, 2018).

Apesar dos benefícios citados, esse movimento em direção à convergência das IFRS para PMEs ainda parece ser controverso por várias razões: i) altos custos de adoção de IFRS para PMES (custos incorridos na mudança de sistema de informações contábeis, contratação de especialistas e treinamento de funcionários) podem superar os benefícios em algumas economias por anos (Lima, Chacon & Silva, 2004; Herman, 2010; Hussain, Chand & Randi,

2012); ii) ao contrário das grandes empresas que adotam as IFRS para atender à necessidade de informações financeiras do mercado acionário, as PME's não tem interesse nesse mercado, fato esse que pode desmotivar esses pequenos negócios a adotarem essa norma contábil (Nobes & Perramon, 2013); iii) os gestores de pequenas empresas tomam decisões baseadas apenas em suas intuições e em experiências vividas, deixando de utilizar as demonstrações financeiras (Bacic et al, 2011), pois não sabem interpretá-las (Ferronato, 2011; Silva & Marion, 2013; Ribeiro, Freire e Barella, 2013); iv) o potencial déficit de conhecimento e estranheza das IFRS para PMEs e seu impacto adverso nos julgamentos profissionais dos contadores na aplicação das normas são evidentes (Silva, Marques & Santos, 2019).

Dentro deste contexto, o objetivo deste estudo foi fornecer uma análise das percepções dos micros e pequenos empresários sobre a obrigatoriedade da adoção do CPC-PME. Para tanto, desenvolveu-se um questionário estruturado, e obteve-se 84 respostas de gestores de PMEs de uma cidade do interior do estado de Minas Gerais.

A necessidade de desenvolver um quadro regulamentar adequado e de permitir que as PMEs forneçam informações contábeis comparáveis é considerada extremamente importante (Perera & Chand, 2015). Portanto, faz-se necessário examinar as percepções dos stakeholders nos países que se apressaram em adotar as IFRS para PMEs. Este artigo tenta fornecer informações sobre a visão dos gestores das PMEs quanto a utilidade das demonstrações contábeis preparadas com base nas IFRS para PMEs.

Embora as PMEs desempenhem um papel crucial em qualquer economia, pouco se sabe sobre a aceitação dos gestores das PMEs às normas contábeis. Essa compreensão é importante pois eles são os responsáveis e principais usuários das demonstrações financeiras. Ao contrário de grandes empresas, as PMEs têm objetivos, motivações e ações um pouco diferentes (Dang-Duc, 2011).

Os resultados sobre a percepção dos gestores quanto à utilidade das demonstrações contábeis podem auxiliar os normatizadores em sua avaliação e trabalho de revisão de normas. Visto que o objetivo do IASB ao introduzir as IFRS para PMEs está centrado em um novo paradigma de “aumentar a utilidade da decisão” e “reduzir a assimetria de informações” das informações financeiras fornecidas pelas PMEs em todo o mundo (Perera & Chand, 2015). Os achados podem ajudar o IASB a atingir seu objetivo de estimular a aceitação e difusão mundial das IFRS para PMEs. Podem ajudar os reguladores em suas atividades de supervisão para fazer cumprir as normas contábeis ou fomentar sua convergência.

A implementação das IFRS para PMEs individualmente pelos países apresenta vários desafios, portanto, mais pesquisas sobre a experiência de adoção da referida norma contábil são oportunas e essenciais (Evans et al., 2005). Mais especificamente, os possíveis problemas de transição que podem surgir em economias emergentes como o Brasil, pois o Estado é predominantemente o principal usuários dos relatórios financeiros das PMEs e há uma forte ligação entre contabilidade e tributação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Pequenas e Médias Empresas e o CPC- PME

Num mundo globalizado onde os mercados estão cada vez mais integrados, as atividades econômicas e empresariais são mais complexas e associadas a um crescimento da concorrência e a sistemas de informação internacionalizados, portanto tornou-se necessário que as PMEs dos países em desenvolvimento acompanhem as inovações e orientem as suas estratégias e atividades para as exigências dos mercados internacionais (Sellami & Gafsi, 2018). Em comparação com a situação das PMEs nas economias desenvolvidas, a evolução destas entidades é dificultada por algumas barreiras associadas principalmente a recursos inadequados, acesso limitado a mercados estrangeiros, falta de competências e formação da gestão e acesso limitado a novas tecnologias (Sellami & Gafsi, 2018). Além disso, a falta de

um arcabouço contábil sofisticado e bem desenvolvido é outro fator significativo de desestímulo ao investimento estrangeiro nesses países devido à falta de informações financeiras transparentes e de alta qualidade (Sellami & Gafsi, 2018).

Nesse contexto, a adoção das IFRS para PMEs pode ser benéfica para alguns países que buscam melhorar a qualidade e transparência dos relatórios financeiros das PMEs para aumentar o capital estrangeiro, ou menos atraente para outros, dependendo das especificidades e necessidades de cada país (Sellami & Gafsi, 2018). Além disso, a falta de ferramentas de gestão, tais como as demonstrações contábeis no processo de tomada de decisão, pode acarretar resoluções equivocadas e a falência dessas empresas (Santa & Laffin, 2012).

O Pronunciamento Técnico das PME (2011), tradução das IFRS para PMEs, nos itens 1.2 e 1.3, seção 1 abarca a caracterização dessas empresas tidas como relevantes para a economia brasileira. São consideradas empresas de pequeno e médio porte as organizações que a lei ainda não obriga a publicação de demonstrações financeiras (empresas de ações fechadas). Ou seja, uma organização com utilidade pública e/ou que atue na Bolsa de Valores, não pode usar o pronunciamento, mesmo sendo uma PME, essas empresas devem usar o conjunto completo (todos os outros Pronunciamentos Técnicos do CPC). Exclui-se também do escopo do CPC-PME as firmas que tenham ativos maiores que 240 milhões ou faturamento anual acima de 300 milhões (CPC - PME, 2011).

O argumento central do IASB para a implantação de uma norma contábil específica para PMEs é a produção de informações sobre a área financeira da empresa que auxiliem aos usuários nas suas tomadas de decisões (CPC PME, 2011). Além disso, podem auxiliar nos controles internos na organização, pois essas informações mostram os resultados obtidos pelos administradores (CPC - PME, 2011). Apesar dos gestores estarem cientes da importância dessas demonstrações e do CPC PME, eles apresentam um conhecimento bem defasado sobre o assunto (Segura et al., 2014). Verifica-se no Quadro 1, o objetivo de cada demonstração contábil abarcada pelo CPC-PME.

Quadro 1: Demonstração contábil e seu objetivo:

Tipo	Objetivo da demonstração
BP	Tem objetivo de demonstrar o patrimônio da entidade, sendo, ativos, passivos e patrimônio líquido em determinado período de tempo. (CPC - PME, 2011)
DRE	Para Iudicibus e Marion (2004 p. 194) “A Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período. É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo)”.
DRA	Tem que iniciar com o resultado do período, seguido da demonstração do resultado, e evidenciar os seguintes itens: (a) itens de outros resultados abrangentes, (b) cada item do resultado abrangente (c) resultado abrangente total. (CPC - PME, 2011)
DMPL	A DMPL “apresenta o resultado da entidade para um período contábil, itens de receita e despesa reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no período, os efeitos das mudanças de práticas contábeis e correções de erros reconhecidos no período, os valores de aportados pelos proprietários e dividendos e outras distribuições para os proprietários durante o período” (CPC - PME, 2011)
DFC	Conforme descrito no CPC PME (2011) tem o objetivo de cumprir com as obrigações de curto prazo, são operações de alta liquidez.
NE	Traz informação mais detalhadas e informações adicionais junto as demonstrações (balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados - se apresentada -, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração dos fluxos de caixa) (CPC - PME, 2011).
DLPA	Apresenta o resultado da entidade e as alterações nos lucros ou prejuízos acumulados para um período de divulgação (CPC - PME, 2011).

Nota: BP = Balanço Patrimonial; DRE = Demonstração do Resultado; DRA = Demonstração do Resultado Abrangente; DMPL = demonstração das mutações do patrimônio líquido; DFC = Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período de divulgação; NE = Notas Explicativas; DLPA =

Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados. Fonte: elaborado pelos autores com base em informações do CPC-PME.

O intuito da adoção do CPC-PME é tornar a informações financeiras comparáveis em todos os países e conseqüentemente facilitar a alocação eficiente de capital em todo o mundo (Faria & Silva, 2014; Trazzi & Martins, 2018). Segundo Albu et al (2013), a adoção das IFRS por PMEs melhora tanto a comparabilidade e transparência das demonstrações financeiras das PMEs (no nível internacional) quanto o ambiente de negócios (no nível nacional). Riva e Salotti (2015) apontam que a adoção do CPC pelas PMEs resulta em ganho de transparência e a qualidade de informações contábeis, o que pode ser benéfico para os gestores em suas tomadas de decisão de captação e alocação de capital. Contudo, a aplicação do IFRS para PMEs provavelmente será complicada na maioria dos países em desenvolvimento devido a: falta de recursos e treinamento inadequado, infraestrutura pouco desenvolvida e incompatibilidade da norma com a cultura desses países, bem como suas práticas contábeis e comerciais (Samujh & Devi, 2015).

Caso o CPC PME se torne obrigatório por meio de Lei essas pequenas empresas que anteriormente não tinham a obrigatoriedade de fazer elaboração e publicação de suas demonstrações financeiras, passariam elaborar e publicar seguintes demonstrativos: BP, DRE, DFC, DMPL, DRA, DLPA e Notas explicativas. (CPC-PME, 2011).

Apesar dos objetivos do IASB com a edição do CPC-PME, ressalta-se que existem vários portes de negócios com capital fechado, ou seja, empresas que se enquadrariam no escopo dessa norma. Ou seja, uma empresa A com faturamento de 200 milhões anuais aplicaria as mesmas regras contábeis de uma empresa B com receita anual de 80 mil. No Brasil, dentre as micros e pequenas empresas existem empresas com diferentes tamanhos, o Sebrae (2013) classificou essas organizações quanto ao porte, levando em conta o número de pessoas ocupadas. Separando o setor de serviços do setor de Indústria. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2016) também classifica as empresas quanto ao seu porte, diferente do Sebrae (que utiliza o número de pessoas), faz a classificação de acordo com a Receita Operacional Bruta e não separa em setores. O Quadro 2 foi elaborado de acordo com dados fornecidos pelo Sebrae e o BNDES.

Quadro 2: Empreendimentos por porte

Porte	Setores	
	Indústria	Comércio e serviços
Microempresa	Até 19 pessoas ocupadas ou renda anual menor ou igual a 360 mil.	Até 9 pessoas ocupadas ou renda anual menor ou igual a 360 mil.
Pequena empresa	De 20 a 99 pessoas ocupadas ou renda anual maior que 360 mil e menor ou igual a 4,8 milhões.	De 10 a 49 pessoas ocupadas ou renda anual maior que 360 mil e menor ou igual a 4,8 milhões.
Média Empresa	De 100 a 499 pessoas ocupadas ou renda anual maior que 4,8 milhões e menor ou igual a 300 milhões.	De 50 a 99 pessoas ocupadas ou renda anual maior que 4,8 milhões e menor ou igual a 300 milhões.
Grande empresa	500 pessoas ocupadas ou mais, ou renda anual maior que 300 milhões	100 pessoas ocupadas ou mais, ou renda anual maior que 300 milhões

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados fornecidos pelo Sebrae e o BNDES

A despeito dos inúmeros benefícios apontados às empresas com a aplicação do CPC-PME, a sua adoção apresenta desafios diante dessa diversidade de tamanhos e tipos de negócios. As demonstrações contábeis são importantes para o bom gerenciamento das entidades. A DFC é útil no controle financeiro das PMES (Ribeiro, Freire & Barella, 2013) e a DRE e BP são importantes nas tomadas de decisões, conforme apontam 70,21% dos contadores de Monte Carmelo/MG (Silva, Marques & Santos, 2019). O IBRACOM (2005)

ressalta sua utilidade ao argumentar que as demonstrações contábeis têm finalidade de mostrar os resultados obtidos pela administração das organizações. E também disponibilizar informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, utilizados para a tomada de decisões das mesmas.

2.2 Pontos positivos e negativos encontradas para a aplicação do CPC PME

É amplamente aceito que informações contábeis explícitas levam ao sucesso da gestão de um negócio, independentemente de seu porte – grande ou pequeno (Perera & Chand, 2015), pois ela fornece uma variedade de informações para que se possa ajudar nas tomadas de decisões (Stroeher & Freitas, 2008; Ernesto Campos et al., 2020). Vários autores de diversas localidades discutiram sobre as vantagens e desvantagens na adoção do CPC PME (Costa, Pinto & Santos, 2015; Borzaga et al., 2014; Santos, 2013). Dentre os benefícios esperados estão: a maior comparabilidade, maior credibilidade nos dados reportados, utilidade e transparência da informação financeira, ou seja, demonstrações contábeis de maior qualidade (Costa, Pinto & Santos, 2015). Logo, demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o CPC-PME trazem as empresas maior facilidade na obtenção de créditos junto aos bancos, pois essas firmas terão melhor visibilidade no mercado, atraindo mais investimentos (Martins, Cunha & Garcia, 2013). Contudo, esses pequenos empreendimentos não possuem uma contabilidade visando os usuários externos (IFSMEs, 2009). Isso pode levar as PMEs a utilizarem recursos financeiros internos ao invés de recorrer a empréstimos ou financiamentos bancário (Riva & Salotti, 2015).

A grande maioria dos pequenos empresários utilizam a contabilidade apenas para cumprir as obrigações fiscais (Stroeher & Freitas, 2008; Bacic et al., 2011; Amorim & Silva, 2012; Oliveira, Altoé & Suave, 2020), isso se dá, pois, boa parte dos empresários e os gestores não sabem interpretar as informações contábeis (Lima, Chacon & Silva, 2004; Silva & Marion, 2013; Ferronato 2011). Essa limitação gerencial, segundo Santa e Laffin (2012), é um dos maiores motivos para as PMEs não conseguirem ter uma vida longa.

De acordo com a literatura existente (Evans et al., 2005; Son et al., 2006; Sian e Roberts, 2008; Dang-Duc, 2011), pouco se sabe sobre os usuários reais e suas necessidades de informação das demonstrações financeiras das PMEs. Mesmo na limitada literatura disponível, há uma inconsistência nas descobertas sobre os usuários e suas necessidades de informação das demonstrações financeiras das PMEs e essas questões permanecem sem resposta (Son et al., 2006). Os usuários e suas necessidades de informação variam entre entidades abertas e entidades fechadas, tamanho, perfil de captação de recursos. Portanto, o processo de desenvolvimento de simplificação dos princípios e práticas contábeis com base no mesmo quadro conceptual e em que medida essas simplificações derivam das necessidades de informação dos usuários de informação financeira das PME não está, no entanto, claro (Dang-Duc, 2011).

Outra questão que deve ser levada em consideração na introdução das IFRS para PMEs está no argumento de que demonstrações financeiras harmonizadas e de alta qualidade aumenta o acesso das PMEs ao capital internacional (Perera & Chand, 2015). Mas as entidades priorizam suas fontes de financiamento em uma ordem hierárquica de preferência de fontes internas de financiamento, financiamento por dívida para financiamento de bens capital e só depois recorrem a recursos internacionais (Myers, 1984).

Outro obstáculo ao CPC-PME, segundo Bohusova e Bohusova (2012) está no fato dos países desenvolvidos desaprovarem a aplicação do CPC - PME, com a justificativa de que os custos para as PME são maiores que os benefícios (Dang-Duc, 2011; Bohusova & Blaskova, 2012). Em concordância, Santos (2013) argumenta que as organizações de pequeno porte não possuem estrutura para adotar e aprimorar os controles internos necessários a implementação do CPC-PME, e os custos para isso podem ser inviáveis para os pequenos negócios. De

acordo com Dang-Duc (2011), o cumprimento de normas contábeis complexas sobrecarrega os pequenos negócios e eles não são compensados adequadamente pelos benefícios que os proprietários-gestores ou usuários externos podem obter do fornecimento de tais informações.

Esse dilema também foi apontado por Riva e Salotti (2015) ao indicarem que o há diferentes graus de custos e benefícios entre a evidenciação de informação contábil e custos de captação bancária, contrariando um dos argumentos em que o IASB se apoiou para a implantação das IRFS para PME de redução encargos na captação de recursos. Portanto, a adoção do CPC PME no Brasil não deve ser mais uma obrigação imposta pelos órgãos reguladores a esses pequenos negócios, sendo os gestores os mais indicados para decidir sobre o custo benefício da obediência da referida norma (Riva & Salotti, 2015).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter descritivo, de abordagem quantitativa, utilizou um survey como coleta de dados realizada por meio de um questionário estruturado. O questionário utilizado na pesquisa foi dividido em duas partes. A primeira parte é composta por 5 questões de caracterização do respondente, para levantar informações como: ramo de atuação, tempo de atuação da empresa no mercado, quantidade de funcionários e receita bruta anual.

A segunda parte do questionário é composta por 16 questões que referem-se: ao nível de conhecimento do gestor sobre o CPC-PME, a utilidade da informação contábil para a tomada de decisão, para identificação dos usuários externos das demonstrações contábeis do pequeno empreendimento, a familiaridade do gestor com as demonstrações contábeis exigidas pelo CPC-PME, a percepção do gestor quanto a utilidade de cada demonstração contábil na tomada de decisões, percepção do pequeno empresário quanto ao custo e benefício das demonstrações financeiras.

Antes da aplicação, o questionário passou por um pré-teste com sete professores de uma instituição de ensino superior (IES) privada do interior de Minas Gerais. Segundo Gil (2002), para estudos que necessitam de questionários é necessário realizar o pré-teste antes de sua aplicação junto a amostra da pesquisa, de forma a verificar o vocabulário das questões e assegurar que as perguntas a serem feitas medirão as variáveis que se pretende analisar.

Procedeu-se aos ajustes no questionário, relativos à clareza das questões, indicados por esses professores e calculou-se o índice de confiabilidade do instrumento de pesquisa e a correlação entre respostas sobre o conhecimento e aceitação do CPC-PME por meio do Alfa de Cronbach, que resultou em um indicador de 0,98. De acordo com Matthiensen (2011), quanto mais perto o valor de Alfa estiver de 1, maior é confiabilidade entre os elementos. Posteriormente, o questionário passou pela revisão e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) de uma IES privada do interior de Minas Gerais.

A população deste estudo envolve micro e pequenos empresários que atuam como empreendedores no interior de Minas Gerais. Dessa maneira, o formulário de pesquisa foi disponibilizado na ferramenta Google Forms e o link foi enviado no mês de novembro de 2021 para 338 gestores de micro e pequenas empresas por meio de e-mail e WhatsApp. Nas primeiras semanas de envio da pesquisa, obteve-se pouca adesão, logo, houve a necessidade de fazer contato telefônico pedindo apoio para os possíveis respondentes, em decorrência disso, verificou-se um total de 93 respostas ao questionário. Foram desconsideradas nove respondentes por não se enquadrarem na pesquisa, ou seja, não eram micro e pequenos empresários conforme especificações do Quadro 2, restando 84 respostas objeto de análise.

4 ANÁLISE DE RESULTADO

Primeiramente procedeu-se a uma análise descritiva das empresas participantes conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Estatística descritiva da caracterização das empresas participantes (N=93)

1- Qual o regime de tributação da sua empresa?		
	Quantidade	%
Simplex Nacional	84	90,32
Lucro Real	7	7,53
Lucro Presumido	2	2,15
Total	93	100,00
2 - Ramo de atuação:		
	Quantidade	%
Serviços	45	48,39
Indústria	11	11,83
Comércio	37	39,78
Total	93	100
3 - A quanto tempo sua empresa está operando no mercado?		
	Quantidade	%
Menos de 1 ano	4	4,30
De 1 a 2 anos	10	10,75
De 2 a 3 anos	7	7,53
De 3 a 4 anos	11	11,83
De 4 a 5 anos	10	10,75
Mais de 5 anos	51	54,84
Total	93	100
4 - Quantidade de funcionários (com e sem carteira assinada)		
	Quantidade	%
até 9 colaboradores	50	53,76
de 10 a 19 colaboradores	19	20,43
de 20 a 49 colaboradores	17	18,28
de 50 a 99 colaboradores	3	3,23
de 100 a 499 colaboradores	2	2,15
mais de 500 pessoas	2	2,15
Total	93	100
5 - Em média a receita anual da empresa é:		
	Quantidade	%
menor ou igual a 360 mil	48	51,61
maior que 360 mil e menor ou igual a 4,8 milhões	33	35,48
maior que 4,8 milhões e menor ou igual a 300 milhões	10	10,75
maior que 300 milhões	2	2,15
Total	93	100

Fonte: elaborada pelos autores

Observa-se na Tabela 1, que a maior parte das empresas da amostra são optantes pelo Simplex Nacional (90,32%) com receitas menores ou iguais a 360 mil (51,61%). Em relação ao ramo de atuação, 48,39% dos respondentes são empresas prestadores de serviços e 39,78% atuam no comércio. Ainda de acordo com a Tabela 1, 54,84% das empresas participantes da pesquisa estão em atuação no mercado há mais de 5 anos, as demais (45,16%) são empresas jovens. A maioria das firmas (53,76%) tem até 09 funcionários (com ou sem carteira assinada).

Na Tabela 2, apresenta-se a indicação do conhecimento dos pequenos empresários sobre o CPC-PME. Verifica-se que mais de 50% dos gestores das PMEs alegam não ter conhecimento sobre o CPC-PME, confirmando os estudos de Ferronato (2011), Silva e Marion (2013) e Ribeiro, Freire e Barella (2013). Os autores argumentam os administradores de pequenas empresas não tem conhecimento sobre contabilidade e sabem interpretar as demonstrações contábeis. Esse fato pode ser tornar uma barreira para a adoção das IFRS para PMEs no Brasil.

Tabela 2 – Qual seu nível de conhecimento sobre o CPC-PME? (N=84)

Perguntas	Comércio e Serviço				Indústria			
	Até 09 colaboradores		De 10 a 49 colaboradores		Até 19 colaboradores		De 20 a 49 colaboradores	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1	26	57,78	24	77,42	5	100,00	2	66,67
2	6	13,33	2	6,45	0	0,00	0	0,00
3	5	11,11	3	9,68	0	0,00	1	33,33
4	2	4,44	1	3,23	0	0,00	0	0,00
5	6	13,33	1	3,23	0	0,00	0	0,00
Total	45	100,00	31	100,00	5	100,00	3	100,00

Nota: quanto maior o número maior o conhecimento. Fonte: elaborada pelos autores

Quando indagados sobre a forma como veem e utilizam o serviço prestado pelo contador (Tabela 3), 39 respondentes o consideram como uma pessoa de confiança que está sempre presente nas tomadas de decisão da empresa, sete entrevistados alegam que o profissional de contabilidade é apenas para cumprir burocracias e 36 é um profissional necessário apenas para o cumprimento das obrigações fiscais. Esse achado confirma as alegações de Evans et al. (2005) de que o Estado é predominantemente o principal usuário dos relatórios financeiros das PMEs. Essa forte ligação entre contabilidade e tributação pode representar um problema de transição para as IFRS para PME que pode surgir no Brasil.

Tabela 3 - Como vê e utiliza do serviço prestado pelo seu contador? (N=84)

Perguntas	Comércio e Serviço				Indústria			
	Até 09 colaboradores		De 10 a 49 colaboradores		Até 19 colaboradores		De 20 a 49 colaboradores	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Como uma pessoa de confiança que está sempre presente nas tomadas de decisão da empresa	25	55,56	11	35,48	2	40,00	1	33,33
Como um gasto com burocracia	5	11,11	2	6,45	0	0,00	2	66,67
Como um profissional necessário apenas para o cumprimento das obrigações fiscais	15	33,33	18	58,06	3	60,00	0	0,00
Total	45	100,00	31	100,00	5	100,00	3	100,00

Fonte: elaborada pelos autores

De acordo com a Tabela 4, percebe-se que a quantidade de empreendimentos que alegam ter maiores dificuldades na obtenção de empréstimos bancários é menor (14 marcaram 4 ou 5) do que os que não encontram barreiras (50 marcaram entre 1 e 2).

Tabela 4 - Como avalia sua dificuldade em relação a obtenção de créditos bancários? (N=84)

Perguntas	Comércio e Serviço				Indústria			
	Até 09 colaboradores		De 10 a 49 colaboradores		Até 19 colaboradores		De 20 a 49 colaboradores	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1	12	26,67	10	32,26	2	40,00	0	0,00
2	10	22,22	13	41,94	1	20,00	2	66,67
3	12	26,67	5	16,13	2	40,00	1	33,33
4	4	8,89	1	3,23	0	0,00	0	0,00
5	7	15,56	2	6,45	0	0,00	0	0,00
Total	45	100,00	31	100,00	5	100,00	3	100,00

Nota: quanto maior o número maior dificuldade na aquisição de empréstimos bancários. Fonte: elaborada pelos autores

Martins, Cunha e Garcia (2013) discorrem que a adoção do CPC-PME traz maior facilidade na obtenção de recursos financeiros, pois essas empresas terão melhor visibilidade

no mercado em virtude de uma maior qualidade da informação contábil. Portanto, relatórios contábeis de maior qualidade poderiam auxiliar esses 34 gestores (que marcaram entre 3 e 5) no processo de captação de recursos bancários.

Apresenta-se na Tabela 5, as respostas dos gestores de micro e pequenas empresas sobre a utilização das demonstrações contábeis exigidas para as PMEs no CPC-PME.

Tabela 5 – Você já utilizou alguma demonstração contábil para algum fim? (N=84)

Perguntas	Comércio e Serviço				Indústria			
	Até 09 colaboradores		De 10 a 49 colaboradores		Até 19 colaboradores		De 20 a 49 colaboradores	
	N	%	N	%	N	%	N	%
BP								
Uso frequentemente	6	13,33	1	3,23	0	0,00	0	0,00
Já utilizei algumas vezes.	14	31,11	6	19,35	2	40,00	1	33,33
Nunca utilizei, mas conhecia	8	17,78	12	38,71	2	40,00	1	33,33
Nunca utilizei e não conhecia	17	37,78	10	32,26	1	20,00	1	33,33
Não respondeu	0	0,00	2	6,45	0	0,00	0	0,00
Total	45	100,00	31	100,00	5	100,00	3	100,00
DRE								
Uso frequentemente	8	17,78	3	9,68	0	0,00	0	0,00
Já utilizei algumas vezes.	14	31,11	5	16,13	2	40,00	1	33,33
Nunca utilizei, mas conhecia	8	17,78	8	25,81	2	40,00	2	66,67
Nunca utilizei e não conhecia	15	33,33	15	48,39	1	20,00	0	0,00
Total	45	100,00	31	100,00	5	100,00	3	100,00
DMPL								
Uso frequentemente	2	4,44	1	3,23	0	0,00	0	0,00
Já utilizei algumas vezes.	12	26,67	5	16,13	0	0,00	1	33,33
Nunca utilizei, mas conhecia	9	20,00	4	12,90	2	40,00	0	0,00
Nunca utilizei e não conhecia	22	48,89	21	67,74	3	60,00	2	66,67
Total	45	100,00	31	100,00	5	100,00	3	100,00
DRA								
Uso frequentemente	1	2,22	1	3,23	0	0,00	0	0,00
Já utilizei algumas vezes.	9	20,00	4	12,90	1	20,00	1	33,33
Nunca utilizei, mas conhecia	10	22,22	5	16,13	0	0,00	0	0,00
Nunca utilizei e não conhecia	25	55,56	21	67,74	4	80,00	2	66,67
Total	45	100,00	31	100,00	5	100,00	3	100,00
DFC								
Uso frequentemente	6	13,33	2	6,45	0	0,00	1	33,33
Já utilizei algumas vezes.	12	26,67	5	16,13	0	0,00	0	0,00
Nunca utilizei, mas conhecia	8	17,78	7	22,58	1	20,00	0	0,00
Nunca utilizei e não conhecia	19	42,22	17	54,84	4	80,00	2	66,67
Total	45	100,00	31	100,00	5	100,00	3	100,00
DLPA								
Uso frequentemente	2	4,44	1	3,23	0	0,00	1	33,33
Já utilizei algumas vezes.	10	22,22	1	3,23	0	0,00	0	0,00
Nunca utilizei, mas conhecia	14	31,11	6	19,35	2	40,00	0	0,00
Nunca utilizei e não conhecia	19	42,22	23	74,19	3	60,00	2	66,67
Total	45	100,00	31	100,00	5	100,00	3	100,00

Fonte: elaborada pelos autores

Apenas sete desses administradores alegam que fazem o uso frequente do BP. Do total de 84 respondentes, a maioria (61,90%) dizem que nunca utilizaram a referida demonstração contábil, e 34,52% além de não utilizar argumentam que não conheciam o BP. De acordo com Viceconti e Neves (2017), o Balanço Patrimonial é uma demonstração financeira que evidencia de forma resumida quantitativa e qualitativa a situação patrimonial da empresa, ou seja demonstra a saúde financeira da empresa dentro de um determinado período. Logo, esses empresários do interior de Minas Gerais estão tomando decisões financeiras dentro das PMEs

apenas com base no feeling, confirmando os argumentos de Bacic et al. (2011) de que os gestores de pequenas empresas tomam decisões baseadas apenas em suas intuições e em experiências vividas, deixando de utilizar as demonstrações financeiras.

Segundo Assaf Neto (2012), a DRE é relevante para avaliar desempenho da empresa e a eficiência dos gestores em obter resultado positivo, visto que ela apresenta lucro que é o objetivo principal das empresas. Observa-se na Tabela 5, que apenas onze respondentes utilizam a demonstração de resultados com frequência, e uma maioria (51 gestores) nunca utilizaram a DRE e desses 31 sequer conheciam a DRE.

A entidade pode apresentar a DLPA no lugar da DRA e da DMPL, se as únicas alterações no seu patrimônio líquido durante os períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas derivarem do resultado, de pagamento de dividendos ou de outra forma de distribuição de lucro, correção de erros de períodos anteriores, e de mudanças de políticas contábeis (Item 6.4, CPC PME, 2009). Fato esse que pode justificar a desutilidade da DRA e da DMPL pelos pequenos empresários objeto da pesquisa. Apenas três gestores utilizam a DMPL com frequência e dois fazem uso frequente da DRA (Tabela 5). Os demais (81 gestores) já utilizaram algumas vezes ou nunca utilizaram a DMPL. Esse resultado é preocupante visto que, a análise das variações das contas que compõe o patrimônio líquido da empresa em um determinado período, auxilia na percepção do vínculo do demonstrativo do resultado do exercício ao Balanço Patrimonial, e ao mesmo tempo, mostra aos sócios o crescimento de seus investimentos (Costa, 2012).

A grande desutilidade da DRA por 82 gestores das PMEs participantes da pesquisa pode justificar-se por serem micro e pequenos negócios, ou seja, com no máximo 49 empregados, que podem não ter operações que resultem em outros resultados abrangentes. Os outros resultados abrangentes tratam-se de mutações ocorridas no patrimônio líquido que não sejam decorrentes das transações com os proprietários da empresa, como aumento de capital e distribuição de dividendos (Dhaliwal, Subramanyam e Trezevant, 1999).

Apesar das PMEs poderem apresentar a DLPA no lugar da DRA e da DMPL, ela também apresenta grande desutilidade por parte desses gestores. Apenas quatro (Tabela 5) pequenos empresários utilizam rotineiramente a DLPA em suas tomadas de decisões e 47 gestores responderam que nunca utilizaram e tão pouco conheciam essa demonstração. A DLPA integra o BP e a DRE, evidenciando a destinação do Lucro Líquido para os proprietários ou o reinvestimento na própria empresa (Assaf Neto, 2012). Essa falta de transparência pode comprometer a captação de capital privado por essas entidades, visto que nem mesmo os gestores podem conhecer a apuração e destinação do resultado das PMEs. De acordo com Sellami e Gafsi (2018), a transparência dos relatórios financeiros dessas entidades é crucial para reforçar sua relevância econômica, e para se beneficiar do aumento do fluxo de capital privado.

A DFC é relevante para a análise das demonstrações contábeis da empresa, a análise da capacidade de pagamento de suas dívidas e a avaliação do valor da empresa baseado em fluxos de caixa futuros (Salotti & Yamamoto, 2008). Apesar da importância apontada da DFC para a boa gestão dos negócios, apenas nove respondentes afirmam que usam a DFC frequentemente, a maioria (75) nunca utilizou ou utilizou algumas vezes. Metade dos pequenos empresários participantes da pesquisa sequer conhecem uma DFC, confirmando os argumentos de Ferronato (2011), Silva e Marion (2013) e Ribeiro, Freire e Barella (2013) de que os gestores de PME não sabem interpretar as demonstrações contábeis.

A falta competência e formação da gestão das PMEs podem representar uma barreira para a convergência das IFRS para PMEs (Sellami & Gafsi, 2018), essa realidade também foi identificada nas PMEs objeto deste estudo ao se verificar as respostas na Tabela 5. De modo geral, a maioria dos gestores desconhece até mesmo as duas demonstrações contábeis tidas como principais (BP e DRE). Essa realidade é preocupante, pois é preciso melhorar a

qualidade e transparência dos relatórios financeiros das PMEs para aumentar o capital estrangeiro (Sellami & Gafsi, 2018). Além disso, a falta de ferramentas de gestão, tais como as demonstrações contábeis no processo de tomada de decisão, pode acarretar resoluções equivocadas e a falência dessas empresas (Santa & Laffin, 2012).

Verifica-se na Tabela 6 os resultados sobre os questionamentos quanto a utilidade das demonstrações contábeis para os gestores das PMEs.

Tabela 6 – Utilidade das demonstrações contábeis para os gestores das PMEs (N=84)

Perguntas	Comércio e Serviço				Indústria			
	Até 09 colaboradores		De 10 a 49 colaboradores		Até 19 colaboradores		De 20 a 49 colaboradores	
	N	%	N	%	N	%	N	%
10 - Quais das demonstrações considera útil para tomada de decisão na sua empresa?								
BP	17	17,17	5	10,42	0	0,00	1	14,29
DRE	20	20,20	11	22,92	1	20,00	1	14,29
DRA	13	13,13	3	6,25	0	0,00	1	14,29
DMPL	7	7,07	3	6,25	0	0,00	0	0,00
DFC	15	15,15	7	14,58	0	0,00	1	14,29
DLPA	15	15,15	2	4,17	0	0,00	1	14,29
Nenhuma delas são necessárias para tomada de decisão, uso apenas relatórios gerenciais	12	12,12	17	35,42	4	80,00	2	28,57
Total (poderia escolher mais de uma opção)	99	100,00	48	100,00	5	100,00	7	100,0
11 - Está disposto a ter algum gasto a mais para adquirir as informações das demonstrações contábeis?								
Não tenho interesse nas informações dessas demonstrações contábeis.	14	31,11	5	16,13	2	40,00	1	33,33
Não, apesar de entender essas demonstrações eu não tenho interesse em utiliza-las	7	15,56	1	3,23	0	0,00	0	0,00
Não, porque eu não entendo essas informações e já tenho outras formas de controlar as finanças da minha empresa	7	15,56	19	61,29	2	40,00	1	33,33
Sim, estou disposto a pagar a mais pelas informações dessas demonstrações.	17	37,78	6	19,35	1	20,00	1	33,33
Total	45	100,00	31	100,00	5	100,00	3	100,0
12- Quais das demonstrações conhece?								
BP	23	22,12	18	30,51	2	25,00	2	22,22
DRE	17	16,35	16	27,12	3	37,50	2	22,22
DRA	8	7,69	1	1,69	0	0,00	1	11,11
DMPL	6	5,77	3	5,08	0	0,00	1	11,11
DFC	22	21,15	8	13,56	1	12,50	1	11,11
DLPA	11	10,58	3	5,08	0	0,00	1	11,11
Nenhuma	17	16,35	10	16,95	2	25,00	1	11,11
Total (poderia escolher mais de uma opção)	104	100,00	59	100,00	8	100,00	9	100,0
13 - Quais das demonstrações já utilizou para conhecer melhor sua empresa?								
BP	16	20,78	9	19,57	2	25,00	2	20,00
DRE	15	19,48	11	23,91	2	25,00	2	20,00
DRA	3	3,90	0	0,00	0	0,00	1	10,00
DMPL	2	2,60	0	0,00	0	0,00	1	10,00
DFC	16	20,78	9	19,57	1	12,50	1	10,00
DLPA	5	6,49	1	2,17	0	0,00	1	10,00
Entendo todas perfeitamente	3	3,90	0	0,00	0	0,00	1	10,00
Não consigo compreendê-las	17	22,08	16	34,78	3	37,50	1	10,00
Total (poderia escolher mais de uma opção)	77	100,00	46	100,00	8	100,00	10	100,0

Fonte: elaboradas pelos autores

Do total, 35 participantes da pesquisa responderam que nenhuma demonstração contábil é necessária para a tomada de decisão, essas evidências confirmam pesquisas anteriores (Stroeher & Freitas, 2008; Bacic et al., 2011; Amorim & Silva, 2012; Oliveira, Altoé & Suave, 2020) de que a grande maioria dos pequenos empresários utilizam a contabilidade apenas para cumprir as obrigações fiscais. De acordo com Santa e Laffin (2012), a falta de uso das demonstrações contábeis nas tomadas de decisões é um dos maiores motivos para as PME não conseguirem ter uma vida longa, pois os gestores tomam decisões com base no *feeling* e em suas experiências. Isso pode justificar o fato de apenas 54,84% das empresas da amostra da pesquisa terem mais de cinco anos de funcionamento (conforme Tabela 1).

Quando questionados se estariam dispostos a ter algum gasto a mais para adquirir as informações das demonstrações contábeis, apenas 29,76% (ou seja, 25 empresários) alegam que pagariam pela elaboração de demonstrações contábeis de acordo com o CPC-PME. Verifica-se na amostra da pesquisa a mesma resistência encontrada na pesquisa de Santos (2013). As pequenas empresas não possuem estrutura para adotar e aprimorar os controles internos necessários a implementação do CPC-PME, e os custos para isso podem ser inviáveis para os pequenos negócios (Santos, 2013). O fato dos gestores não visualizarem benefícios na aplicação do CPC-PME apenas custos representa um obstáculo ao CPC-PME no Brasil, confirmando os argumentos Samujh e Devi (2015) de que nos países em desenvolvimento a aplicação dos IFRS para PMEs é complicada devido a: falta de recursos e treinamento inadequado, infraestrutura pouco desenvolvida e incompatibilidade da norma com a cultura desses países, bem como suas práticas contábeis e comerciais.

Verifica-se na Tabela 6, que 35,71% (30 respondentes) da amostra alega desconhecer qualquer demonstração contábil. E 33,04% (37 gestores) quando questionados sobre “quais das demonstrações já utilizou para conhecer melhor sua empresa?” responderam que não conseguem compreendê-las. Portanto, há um distanciamento da contabilidade do pequeno empresário do interior de Minas Gerais. De acordo com a literatura prévia (Evans et al., 2005; Son et al., 2006; Sian e Roberts, 2008; Dang-Duc, 2011), a contabilidade não conhece os usuários reais das demonstrações contábeis das PMES e tão pouco suas necessidades de informação.

Um ponto de debate sobre a adoção do CPC-PME reside no custo versus benefício da informação para o pequeno empresário. Na Tabela 7, apresenta-se as respostas sobre o nível de benefício financeiro que as demonstrações podem trazer a empresa. A grande maioria, ou seja 68 respondentes (80,95%) apontaram poucos benefícios financeiros da informação contábil (escolherem entre 1 e 3) para a empresa. Portanto, são necessárias políticas de conscientização dos gestores das PMEs quanto aos benefícios da informação dos relatórios financeiros para os usuários internos e externos da organização.

Tabela 7 – Qual o nível de benefício financeiro que as demonstrações podem trazer a empresa (maior o número maior certeza do benefício)? (N=84)

Perguntas	Comércio e Serviço				Indústria			
	Até 09 colaboradores		De 10 a 49 colaboradores		Até 19 colaboradores		De 20 a 49 colaboradores	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1	13	28,89	18	58,06	3	60,00	2	66,67
2	5	11,11	6	19,35	0	0,00	0	0,00
3	15	33,33	5	16,13	1	20,00	0	0,00
4	2	4,44	0	0,00	0	0,00	1	33,33
5	10	22,22	2	6,45	1	20,00	0	0,00
Total	45	100,00	31	100,00	5	100,00	3	100,00

Fonte: elaboradas pelos autores

De acordo com Dang-Duc (2011), como os gestores das PMEs não compensados adequadamente pelos benefícios que os proprietários-gestores das grandes organizações obtém das demonstrações contábeis, o cumprimento de normas contábeis se torna apenas custos que sobrecarregam os pequenos negócios.

Ao serem indagados sobre o uso das demonstrações contábeis em processos licitatórios, 53 respondentes argumentam que não participaram de licitações e 17 participaram, porém não foi necessária nenhuma demonstração contábil. De acordo com dados do SEBRAE (2017), apenas um em cada oito micro empresário já vendeu ou vende para algum ente governamental.

Tabela 8 – Quais demonstrações já utilizou em processos licitatórios? (N=84)

Perguntas	Comércio e Serviço				Indústria			
	Até 09 colaboradores		De 10 a 49 colaboradores		Até 19 colaboradores		De 20 a 49 colaboradores	
	N	%	N	%	N	%	N	%
BP	5	9,80	6	17,14	0	0,00	0	0,00
DRE	5	9,80	4	11,43	0	0,00	0	0,00
DRA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DMPL	1	1,96	1	2,86	0	0,00	0	0,00
DFC	1	1,96	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DLPA	0	0,00	1	2,86	0	0,00	0	0,00
Licitações sem contabilidade*	9	17,65	5	14,29	2	40,00	1	33,3
Não participei de licitações	30	58,82	18	51,43	3	60,00	2	66,6
Total	51	100,00	35	100,00	5	100,00	3	100

*Já participei de licitações, porém não foi necessária nenhuma demonstração contábil

Fonte: elaboradas pelos autores

De acordo com Van e Rossouw (2009), os bancos estão entre os principais usuários das demonstrações financeiras das PMEs. Contudo, 27,38% (23 respondentes) da amostra da presente pesquisa argumentaram que fizeram empréstimos juntos a instituições financeiras e que o banco não exigiu demonstrações contábeis para avaliar a empresa (Tabela 9). Como os banqueiros não demandam informações financeiras para liberar empréstimos, isso pode desmotivar esses pequenos negócios a adotarem essa norma contábil (Nobes & Perramon, 2013).

Tabela 9 – Quando fez empréstimos em instituição financeira (IF), foi exigida alguma demonstração contábil? Se sim, quais? (N=84)

Perguntas	Comércio e Serviço				Indústria			
	Até 09 colaboradores		De 10 a 49 colaboradores		Até 19 colaboradores		De 20 a 49 colaboradores	
	N	%	N	%	N	%	N	%
BP	11	20,00	8	23,53	2	28,57	0	0,00
DRE	11	20,00	2	5,88	3	42,86	1	25,00
DRA	1	1,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DMPL	0	0,00	1	2,94	0	0,00	0	0,00
DFC	5	9,09	2	5,88	0	0,00	0	0,00
DLPA	3	5,45	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Não realizei empréstimos em IF.	17	30,91	8	23,53	1	14,29	1	25,00
Fiz empréstimo sem demonstração contábil	7	12,73	13	38,24	1	14,29	2	50,00
Total (poderia escolher mais de uma opção)	55	100,00	34	100,00	7	100,00	4	100,00

Fonte: elaboradas pelos autores

Do total de respondentes, 32,14% (27 pequenos empresários) argumentaram que não fizeram empréstimos bancários, conforme Tabela 9, confirmando os achados de Riva e Salotti (2015) de que as PMEs utilizam recursos financeiros internos ao invés recorrer a empréstimos

ou financiamentos bancário, pois esses empreendimentos não possuem uma contabilidade de qualidade e com transparência visando os usuários externos. De acordo Martins, Cunha e Garcia (2013), demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o CPC-PME trazem as empresas maior facilidade na obtenção de créditos junto aos bancos, pois essas firmas terão melhor visibilidade no mercado, atraindo mais investimentos.

Os resultados desta pesquisa indicam que a maioria dos gestores das micro e pequenas empresas de uma cidade do interior de Minas Gerais desconhecem o conteúdo do CPC-PME, não sabem interpretar as demonstrações contábeis exigidas pelo CPC-PME e até mesmo desconhecem esses relatórios financeiros. Não se consideram como usuários das demonstrações contábeis e os dois principais usuários externos (Bancos e Governo) também não demandam informações contábeis de acordo com o CPC-PME. Verifica-se na Tabela 9, que apenas o BP e DRE são demandados pelas instituições financeiras em alguns momentos. Os pequenos empresários apontam pouca utilidade dos demonstrativos DRA, DMPL, DFC e DLPA pelos bancários como usuários externos das informações financeiras das PMEs.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa consiste em fornecer uma análise das percepções dos micros e pequenos empresários sobre a obrigatoriedade da adoção do CPC-PME. Para tanto, desenvolveu-se um questionário estruturado, o qual foi respondido por 84 gestores de PMEs de uma cidade do interior do estado de Minas Gerais. A maioria das empresas da amostra são empresas prestadores de serviços (48,39%) e 45,16% são empresas jovens, ou seja com menos de cinco anos de atuação no mercado.

Os resultados mostram que a maioria dos micro e pequenos empresários (mais de 50%) não conhecem o conteúdo do CPC-PME, não consegue interpretar as informações das demonstrações contábeis (e tão pouco conhecem esses relatórios. 42,85% desses empresários argumentam que o contador é um profissional necessário apenas para o cumprimento das obrigações fiscais. Logo, quando perguntados se estariam dispostos a pagar pela elaboração de demonstrações contábeis de acordo com o CPC-PME, apenas 25 dos 84 respondentes afirmam que pagaria por informações financeiras de qualidade, os demais consideram os custos muito elevados e não veem benefícios nas informações contábeis. O fato dos gestores não visualizarem benefícios na aplicação do CPC-PME apenas custos representa um obstáculo ao CPC-PME no Brasil.

A maioria desses pequenos empresários responderam que não fazem uso das demonstrações contábeis, utilizam apenas relatórios gerenciais em suas tomadas de decisão. Do total de 84 respondentes, 61,90% disseram que nunca utilizaram o BP, e 34,52% além de não utilizar argumentam que não conheciam essa demonstração. Quanto a DRE, apenas onze respondentes utilizam a demonstração de resultados com frequência, e uma maioria (51 gestores) nunca utilizaram a DRE e desses 31 sequer conheciam a DRE. As demais demonstrações DMPL, DRA, DFC e DLPA esse desutilidade e desconhecimento são ainda maiores.

Quando questionados sobre a importância das demonstrações financeiras para tomada de decisão, 35 participantes da pesquisa responderam que nenhuma demonstração contábil é necessário para a tomada de decisão. Ou seja, esses os gestores tomam decisões com base no *feeling* e em suas experiências. Além disso, a maioria dos gestores das PMEs argumentam não conseguem compreender as demonstrações contábeis, portanto, há um distanciamento entre a contabilidade e o pequeno empresário do interior de Minas Gerais.

Outro ponto questionado aos gestores das PMEs consiste nos usuários externos da informação contábil. Os respondentes alegam pouca utilidade dos relatórios contábeis em

processos licitatórios e na captação de recursos junto ao bancos. Fato esse que pode desmotivar esses pequenos negócios a adotarem o CPC-PME.

Do ponto de vista teórico, este artigo contribui para o discurso sobre a adoção das IFRS para PMEs em países emergentes ao fornecer informações sobre a visão dos gestores dos pequenos negócios quanto a utilidade das demonstrações contábeis preparadas com base na referida norma contábil. Como os gestores são os responsáveis e principais usuários das demonstrações financeiras, o conhecimento sobre o ponto de vista desses empreendedores faz-se importante para vislumbrar os desafios da harmonização das IFRS para PMEs em países como o Brasil.

Este estudo oferece contribuições práticas, explorando um tema de interesse dos stakeholders e órgãos normatizadores de contabilidade. Os resultados sobre a percepção dos gestores quanto à utilidade das demonstrações contábeis podem auxiliar os normatizadores em sua avaliação e trabalho de revisão de normas. Bem como pode auxiliar os órgãos reguladores em suas atividades de supervisão para fazer cumprir as normas contábeis ou fomentar sua convergência junto às PMEs.

Sugere-se para pesquisas futuras, um estudo junto aos usuários externos da informação contábil das PMEs: bancos, fornecedores, governo no intuito de verificar a percepção sobre a necessidade de informações contábeis de qualidade e transparentes para avaliar esses pequenos negócios. Além disso, realizar experimentos com pequenos negócios no intuito de apurar os custos e benefícios financeiros obtidos por esses empreendimentos na implementação do CPC-PME.

REFERÊNCIAS:

- Albu, C. N., Albu, N., Pali-Pista, S. F., Gîrbină, M. M., Selimoglu, S. K., Kovács, D. M., ... & Strouhal, J. (2013). Implementation of IFRS for SMEs in emerging economies: Stakeholder perceptions in the Czech Republic, Hungary, Romania and Turkey. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 24(2), 140-175.
- Amorim, D. S., & Silva, A. C. R. D. (2012). Gestão estratégica da informação contábil: um enfoque no gerenciamento de micro e pequenas empresas. *RIC–Revista de Informação Contábil*, 6(1), 39-65.
- Assaf Neto, A. (2012). *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro*. 10. ed. São Paulo: Atlas.
- Bacic, M. J., Megliorini, E., Oliveira, E. C. M., & Yomura, N. (2011). Manual de técnicas e práticas de gestão estratégica de custos nas pequenas e médias empresas. *São Paulo: CRC-SP*.
- Bohušová, H., & Blašková, V. (2012). In what ways are countries which have already adopted IFRS for SMEs different. *Acta Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis*, 60(2), 37-44.
- Chen, H. et al. The role of accounting standards: evidence from the European Union. *Journal of International Financial Management & Accounting*, v. 21, n. 3, p. 1–57, 2010.
- CPC - PME. Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/CPC_PME.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.
- Campos, A. E., Piffer, E. A., do Amaral, A. C. F., & Rodrigues, C. C. (2020). CPC/PME EM EMPRESA DE PEQUENO PORTE: um estudo de caso sobre a análise da qualidade das informações prestadas nos relatórios financeiros. *HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)*, 23(1), 261-278.
- de Araújo Faria, C. T., & da Silva, D. M. (2014). A adoção do CPC PME–Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 8(3), 75-91.
- de Oliveira, C. M., Altoé, S. M. L., & Suave, R. (2020). A Importância das demonstrações contábeis na tomada de decisão e gestão de micro e pequenas empresas. *Revista de Administração e Contabilidade-RAC*, 7(13), 1-15.
- Dhaliwal, Dan, Subramanyam, K. R. e Trezevant, Robert. (1999). Is comprehensive income superior to net income as a measure of firm performance? *Journal of Accounting and Economics*, 26, 43-67.
- Dang-Duc, S. (2011). Compliance with accounting standards by SMEs in transitional economies: evidence from Vietnam. *Journal of Applied Accounting Research*.
- Ernesto Campos, A., Piffer, E. A., do Amaral, A. C. F., & Rodrigues, C. C. (2020). CPC/PME EM EMPRESA DE PEQUENO PORTE: um estudo de caso sobre a análise da qualidade das

informações prestadas nos relatórios financeiros. *HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)*, 23(1), 261-278.

Evans, L., Gebhardt, G., Hoogendoorn, M., Marton, J., Di Pietra, R., Mora, A., Thinggard, F., Vehmanen, P. & Wagenhofer, A. (2005). Problems and opportunities of an international financial reporting standard for small and medium-sized entities. The EAA FRSC's comment on the IASB's discussion paper. *Accounting in Europe*, 2(1), 23-45.

EXAME. Micro e pequenas empresas contratam 443 mil pessoas no terceiro trimestre. Disponível em: <<https://exame.com/pme/micro-e-pequenas-empresas-contratam-443-mil-pessoas-no-terceiro-trimestre/>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

Ferronato, A. J. (2011). Gestão contábil-financeira de micro e pequenas empresas: sobrevivência e sustentabilidade. *São Paulo: Atlas*.

Han, E. S. et al. (2019). Normas Brasileiras de Contabilidade e as Micro, Pequenas e Médias Empresas: uma Análise Comparativa. *Journal of Chemical Information and Modeling*, v. 53, n. 9, p. 1689–1699.

Herman, N. (2010). IFRS for SMEs: not for private American companies. *The CPA Journal*, 80(12), 11.

Hussain, F. F., Chand, P. V., & Rani, P. (2012). The impact of IFRS for SMEs on the accounting profession: evidence from Fiji. *Accounting and Taxation*, 4(2), 107– 118.

Iudícibus, S. D., & Marion, J. C. (2004). Contabilidade comercial. *São Paulo: Atlas*, 3.
dos Santos Lima, M. R., Chacon, M. J. M., & da Silva, M. C. (2004). UMA CONTRIBUIÇÃO A IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NO PROCESSO DECISÓRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UMA PESQUISA REALIZADA NA CIDADE DO RECIFE NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Le, C.T. and Quang, T. (2005), “Human resource management practices in a transitional economy: a comparative study of enterprise ownership forms in Vietnam”, *Asia Pacific Business Review*, Vol. 11 No. 1, pp. 25-47

Marion, J. C. & Silva, A. C. R. (2013). *Manual de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas*. 1ª ed. São Paulo: Atlas.

Martins, O. S., Cunha, A. S. L., & Garcia, I. A. S. (2013). Um estudo perceptivo sobre a aplicação do CPC para pequenas e médias empresas no estado da Paraíba. *Registro Contábil-Ufal. Maceió/AL*, 4(3), 19-38.

Myers, S.C. (1984). The capital structure puzzle. *The Journal of Finance*, 39 (3) (1984), pp. 574-592

Nobes, C., & Perramon, J. (2013). Firm size and national profiles of IFRS policy choice. *Australian accounting review*, 23(3), 208-215.

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2002), “OECD small and medium enterprise outlook”, OECD Publication Service, Paris.

Perera, D., & Chand, P. (2015). Issues in the adoption of international financial reporting standards (IFRS) for small and medium-sized enterprises (SMES). *Advances in accounting*, 31(1), 165-178.

Pinto, L. G., de Souza Costa, P., & Santos, C. K. S. (2015). Custos e benefícios da adoção do CPC PME/Costs and benefits of adopting CPC SMEs. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, 9(2), 30.

Ribeiro, A., Freire, E. J., & Barella, L. A. (2013). A informação contábil como instrumento de apoio às micro e pequenas empresas: percepção dos gestores de micro e pequenas empresas de Paranaíta–MT, quanto à utilização de informações da contabilidade no processo de tomada de decisão, no ano de 2012. *Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta*, 2(1).

Riva, E. D., & Salotti, B. M. (2015). Adoção do padrão contábil internacional nas pequenas e médias empresas e seus efeitos na concessão de crédito. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 304-316.

Roberts, C., & Sian, S. (2008). Micro-entity financial reporting: Some empirical evidence of perspectives of preparers and users.

Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2008). Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19, 37-49.

Samujh, H., & Devi, S. S. (2015). Implementing IFRS for SMEs: Challenges for developing economies. *International Journal of Management and Sustainability*, 4(3), 39-59.

Santa, S. L. B., & Laffin, M. (2012). Benefícios nas Pequenas e Médias Empresas com as Mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 6(1), 20-32.

Santos, G. M. (2013). Critérios utilizados pelos escritórios contábeis na adoção inicial do pronunciamento CPC PME.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (Org.). Micro e Pequenas Empresas na Economia brasileira e Pernambucana, 2017. Recife, PE. Disponível em: <https://goo.gl/p7dbFm>.

SEBRAE-MG. Identidade Empresarial. Disponível em: <<https://www.inteligencia-sebraemg.com.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SEBRAE-SP. Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/PortalSebrae/UFs/SP/Anexos/mortalidade_12_anos.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

SEBRAE. Total de empresas por porte. Disponível em: <<https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html#/Empresas>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SEBRAE; DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Anuário do trabalho na micro e pequena empresa. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/anuario/2017/anuarioDosTrabalhadoresPequenosNegocios.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

Segura, L. C., Magalhães, J. C., Mizoguchi, R. J., & Marques, W. D. A. (2014). Os gestores das PMEs e os relatórios contábeis: uma pesquisa sobre o conhecimento dos gestores com vistas à implantação do CPC para PME. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (207), 88-101.

Sellami, Y. M., & Gafsi, Y. (2017). Institutional and economic factors affecting the adoption of International Public Sector Accounting Standards, *International Journal of Public Administration*.

Sellami, Y. M., & Gafsi, Y. (2018). What drives developing and transitional countries to adopt the IFRS for SMEs? An institutional perspective. *Journal of Corporate Accounting & Finance*, 29(2), 34-56.

Silva, D., Marques, A. V.C. & SANTOS, C. K. S. (2019). CPC PME: Adoção de fato ou direito? Um estudo das pequenas e médias empresas de Monte Carmelo - MG.

Son, D. D., Marriott, N., & Marriott, P. (2006). Users' perceptions and uses of financial reports of small and medium companies (SMCs) in transitional economies: Qualitative evidence from Vietnam. *Qualitative Research in Accounting & Management*.

Stroeher, A. M., & Freitas, H. (2008). O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. *Revista de Administração Eletrônica. São Paulo*, 1(1), 1-25.

Trazzi, L., & Martins, V. F. (2018). Percepção do Profissional Contábil sobre o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para Pequenas e Médias Empresas. *RAGC*, 6(22).

Van Wyk, H. A., & Rossouw, J. (2009). IFRS for SMEs in South Africa: a giant leap for accounting, but too big for smaller entities in general. *Meditari: Research Journal of the School of Accounting Sciences*, 17(1), 99-116.

Viceconti, P., & Neves, S. (2017). *Contabilidade Básica*. 30 ed. São Paulo: Saraiva.